

O KOSOVO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

A superioridade moral do Ocidente

Ivan Nunes

Assistente-estagiário na licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Parece indiscutível que, à luz do direito internacional vigente, a intervenção da nato na Jugoslávia foi ilegal. A questão da ilegalidade das acções da nato está tão gasta, esta ilegalidade é tão patente, que voltar a insistir nela far-me-ia correr o risco da irrelevância. Penso que à margem do direito não pode haver valores que seriamente valham, mas apenas a sua invocação farisaica ao serviço da bruta força. Mas, como isso é bastante claro, vou deixar por agora de lado a questão da legalidade e tentar centrar-me em duas ou três outras questões particularmente difíceis. Primeiro, a luta entre o bem e o mal que se travou nos Balcãs. Segundo, que nova ordem mundial propõe a nato. Terceiro, e mais complicado, que podemos nós entender por «paz». Vamos, então, às espinhosas tarefas.

1. «Diversos locais onde, de acordo com informações fornecidas por albaneses kosovares ou por imagens de satélite, se deveriam encontrar centenas de mortos acabaram por se apresentar vazios» (Pedro Caldeira Rodrigues, «Resultados excluem genocídio», Público, 7-11-1999).

1999 foi ano de várias tragédias. Uma a que se calhar não prestámos até ao momento suficiente atenção foi a destruição completa do sentido de algumas palavras. Por exemplo, genocídio: até 1999, os dicionários indicavam em geral que se tratava da perseguição e assassinato sistemático dos membros de um povo, nação ou etnia. A partir de 1999, o significado mudou: «genocídio» é agora «rumor não confirmado de assassinato de um número indeterminado de pessoas, com forte probabilidade de desmentido posterior»¹. Antes de 1999, o século xx conheceu um número relativamente preciso e limitado de genocídios, de que a perseguição nazi aos judeus, com o extermínio a frio de vários milhões de pessoas continua a ser o paradigma; a partir de 1999, passou a haver genocídios quase todas as semanas.

Talvez não seja admissível estar a brincar com coisas sérias; afinal, o sofrimento muito real de kosovares ou timorenses não pode ser relativizado só porque no fim das contas não morreram tantos como estava previsto. Mas a meu ver há questões sérias no meio disto. Se a legitimidade da intervenção no Kosovo decorre, não do respeito pela legalidade internacional, mas do entendimento de que a situação humanitária é suficientemente grave para justificar uma guerra, não será necessário saber exactamente qual é a situação? De facto, as televisões bombardeiam-nos com a imagem do genocídio e com a ideia de genocídio, a comparação implícita ou explícita entre Milosevic ou Saddam e Hitler ou Estaline; como podemos nós ficar passivos? Meses mais tarde, no entanto, somos surpreendidos com a revelação de que a perseguição aos kosovares albaneses não teve – nem de longe – a dimensão inicialmente anunciada. E, já depois de se ter iniciado a guerra, somos também confrontados com o facto (se o quisermos ver) de que esta mesma guerra humanitária está a provocar centenas de mortes de civis.

Este labirinto de terrores – porque não há nada mais cruel do que pôr-nos a escolher a que mortes preferimos assistir – deve pelo menos fazer-nos duvidar da lógica da intervenção. Por uma razão simples: a intervenção diz-nos que talvez não seja legal, mas é de certeza legítima, porque salva vidas humanas. E nós salvamos vidas porque acreditamos nos Direitos Humanos. As potências ocidentais – mesmo que tenham também outros interesses, económicos ou políticos – partilham estes valores. Por mais hipócritas e desonestos que fossem os políticos – e, vamos lá, não podem ser todos –, a própria opinião pública, livre, dos países democráticos impeli-los-ia a comportarem-se decentemente no plano internacional.

Ora, é nisto que – infelizmente – não podemos acreditar. Desde logo porque a informação é fortemente manipulada. Mas também por uma razão mais importante, e mais difícil: é que as opiniões públicas livres e democráticas, por sua livre opção, não tomam sempre posições decentes.

Vejam, no caso concreto. Centenas de civis, kosovares albaneses e sérvios, entre outros, foram sacrificados como danos colaterais ao serviço de uma estratégia militar cuja prioridade máxima foi evitar qualquer baixa – entre as forças da nato. Umhas centenas de pessoas foram mortas por aviões que disparavam de muito alto, para se protegerem, e que por isso não podiam garantir que não falhariam os seus alvos. Esta estratégia foi prosseguida em nome das opiniões públicas livres e democráticas – que consabidamente não tolerariam guerras humanitárias donde viessem devolvidos militares já em caixões.

Vários autores têm vindo a assinalar que as nossas sociedades ocidentais se estão a tornar cada vez mais militaristas e de uma maneira mais perigosa. Face à sofisticação dos meios militares, à possibilidade de fazer guerras sem sofrer baixas, a guerra é encarada como um jogo. «Quem vai à guerra, dá e leva»; mas agora as regras do jogo são diferentes. Quem vai à guerra não tem que levar, desde que dispare de suficientemente longe, atingindo hospitais e comboios em movimento pelo meio dos alvos militares. Como num jogo de computador, matar civis pelo caminho faz perder pontos, não faz perder a guerra. Dir-me-ão que nunca houve guerras limpas, que nas guerras que a História consagrou como as mais justas sempre se mataram civis. O problema é saber quem faz as contas, quem decide que esta guerra é justa. É que as sociedades ocidentais que supostamente teriam legitimidade para decretar esta guerra como justa, por acreditarem nos Direitos Humanos, comportam dentro de si outros valores, contraditórios com estes e que por vezes não hesitam em atropelá-los, desde que o atropelo não seja excessivamente visível. E nestas sociedades há os meios de ocultar – não completamente, mas pelo menos relativamente – estes atropelos. Em suma, pode confiar-se às sociedades ocidentais a decisão sobre que guerras são justas? A minha resposta é um redondo não.

Se houve guerra suja, foi, infelizmente, esta. Não só por não ter respeitado o Direito Internacional. Não só também por a cimeira de Rambouillet, em Fevereiro e Março, ter sido uma farsa. Mas porque a popularidade dos governos junto das suas opiniões públicas alimentou um comportamento egoísta e irresponsável: provocaram-se «danos colaterais» evitáveis; e, quando a capitulação dos jugoslavos se revelou mais difícil do que o inicialmente previsto, a nato não hesitou em apontar contra infra-estruturas económicas (instalações industriais, refinarias, fábricas e pontes) jugoslavas.

Há um jogo algumas vezes positivo, outras vezes perverso, entre o papel dos media e as pressões da opinião pública que resulta numa dinâmica de intervenção humanitária com aspectos perigosos. Controlar estes perigos não significa deitar pura e simplesmente para

o lixo o princípio da intervenção humanitária; mas é preciso criar um sistema de controlo entre poderes que evite as arbitrariedades e torne as potências ocidentais também responsáveis pelas consequências negativas dos seus actos. Continua a ser verdade, infelizmente, que a guerra é por excelência o momento em que as pessoas têm propensão para infringirem todos os limites e para se tornarem cegas face aos seus próprios crimes.

2. Daqui decorre o segundo problema: ao mesmo tempo que fazia a guerra (de 24 de Março a 11 de Junho), a nato decidia em cimeira, em Washington (24 de Abril), alterar muito substancialmente o seu conceito estratégico. De organização estritamente defensiva, ela passa a poder actuar fora das suas próprias fronteiras mesmo que não tenha para isso autorização formal do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ou seja, aquilo que foi declarado pelas bombas em Março, foi consagrado por escrito em Abril. Que uma tal linha de orientação é contrária ao direito internacional vigente, mais uma vez, é problema que não vale a pena discutir. Os próprios defensores desta nova orientação não põem em causa o seu carácter ilegal. Argumentam é que a Carta das Nações Unidas, criada num contexto histórico completamente diferente, está hoje desactualizada, e que para preservar o espírito da onu é preciso alterar as suas regras. Se a nato se ativesse estritamente à legalidade consagrada pela onu, estava a ater-se injustificadamente ao passado. E felizmente, do ponto de vista de quem assim pensa, a nova ordem internacional dará mais importância a considerações humanitárias e menos à soberania dos Estados. E será uma ordem mais regionalizada, na qual a Rússia e a China não poderão impedir a Europa e os eua de protegerem os direitos humanos pelo menos na metade ocidental do planeta.

Como não partilho dos pressupostos optimistas sobre o comportamento democrático dos Estados ocidentais no plano internacional, não posso, obviamente, partilhar do optimismo face às consequências desta transformação. Do meu ponto de vista, não pode haver justiça sem uma repartição minimamente equitativa do poder – senão, quem controla o juiz?

Olhada por este prisma, a evolução da ordem internacional nos últimos anos tem pouco de entusiasmante. O fim da Guerra Fria não deu um impulso a uma nova redistribuição do poder em favor da maioria da população mundial; não afectou positivamente o combate às profundas desigualdades sociais do planeta; não se traduziu substancialmente numa desmilitarização ou numa regulação ambiental mais responsável. Longe de vermos avançar, ao longo desta década, uma reforma das instituições internacionais assente numa distribuição mais equitativa do poder, temos visto acentuarem-se características de arrogância e irresponsabilidade, em particular da parte dos Estados Unidos. A coincidência temporal entre os bombardeamentos sobre o Sudão e o Afeganistão e os episódios do caso Lewinsky é caricatural. Mas é também trágica e significativa.

Uma nova ordem internacional assente no reforço do poder de decisão das grandes potências para intervirem onde bem entenderem, sem terem de prestar contas dos seus actos face à maioria da população do planeta, não é um desenvolvimento positivo. Aliás, o novo conceito estratégico da nato não apenas prenuncia um reforço da prepotência ocidental na ordem internacional; prenuncia uma outra coisa, que a meu ver é pior: a ideia de que as organizações universais podem ser mais ou menos substituídas por organizações de conjuntos de Estados que se ocupam «apenas» do seu canto do planeta. Assim, reforça-se uma lógica de organização política mundial que alguns têm vindo a caracterizar como «apartheid». Com base numa lógica civilizacional, ou pragmática, ou

outra qualquer, o Ocidente arroga-se o direito de impor certas regras não só sempre que entende mas também apenas quando entende fazê-lo. Ou não é esse o recado que está a ser enviado aos civis bombardeados na Tchetchénia?

3. O que é que podia ter sido feito para parar a perseguição do regime sérvio aos kosovares albaneses? A questão, neste caso concreto, não parece assim tão difícil, pois é bem óbvio que o fracasso da cimeira de Rambouillet foi organizado pela própria nato: a nato fez as suas exigências procurando a todo o custo um pretexto para a guerra, não uma solução. Se nos abstraírmos do contexto concreto em que a guerra veio a ser a única solução, no entanto, podemos perguntar-nos o que fariamos se Milosevic se tivesse realmente mostrado intransigente e alguns membros permanentes do Conselho de Segurança fossem cúmplices do seu regime, a ponto de vetarem uma resolução no sentido de intervir na Jugoslávia (coisa que a Rússia e a China de facto não fizeram). Poderíamos ficar de mãos e pés atados só porque, no plano jurídico, a intervenção não era legítima?

Repare-se: a questão não tem directamente que ver com o caso do Kosovo. Mas parece-me tanto mais incontornável quanto, meses depois, nós, os mesmos que protestámos contra a guerra, protestámos contra a passividade das grandes potências no caso de Timor-Leste. Seria legítimo gritar pela «paz» em Março, Abril e Maio e gritar pela «intervenção» em Setembro? O que teria significado lutar pela «paz» em Setembro?

No rigor das coisas, Kosovo e Timor-Leste não são comparáveis. Desde logo, a anexação indonésia do Timor oriental nunca foi reconhecida à luz do direito. Ao contrário do que se passou no Kosovo, defender Timor-Leste nunca teria significado violar a soberania de um Estado. Ao invocar este argumento, não pretendo dizer que o princípio da soberania deve ser respeitado em detrimento dos direitos humanos; de facto, penso o contrário. Mas o princípio da soberania também tem um lugar central no direito internacional, e o respeito pelo direito tem em si mesmo um valor.

Seja como for, nunca pedimos que se bombardeasse Jacarta. Reclamámos por mais uma pressão efectiva, designadamente de ordem económica, para que a Indonésia cedesse – e, de resto, parece ter sido esta a estratégia que veio a resultar.

O elemento de perturbação para mim, porém, é saber perfeitamente que a «paz» que se pedia para a Jugoslávia significava guerra sobre os kosovares albaneses; que a mesma «paz» defendida em relação à Indonésia significaria a aceitação da guerra contra os timorenses. Que valor tem a palavra paz, no contexto do atropelamento dos direitos básicos dos seres humanos? Provavelmente nenhum: a paz para alguns significa a autorização para continuar a guerra contra outros.

Se a revalorização das Nações Unidas e do papel do multilateralismo é, pelas razões que indiquei antes, uma tarefa urgente, esta revalorização não pode fazer-se contra os princípios dos direitos humanos. A reforma das Nações Unidas deve por isso levar em linha de conta o papel de outras potências (Índia, Brasil, Nigéria), outros povos (incluindo organizações da sociedade civil) e outras culturas, mas sem ceder um milímetro em matéria de direitos humanos. Só que, para ser credível, uma filosofia de direitos humanos tem de assentar no respeito igual pelo bem-estar de todos os povos do planeta; e este não existe com os níveis actuais de egoísmo ocidental e desigualdades sociais à escala do planeta. Em suma, sem um compromisso com a partilha do bem-estar não há direitos humanos de espécie nenhuma. E, infelizmente, os cinquenta anos da Declaração Universal são também cinquenta anos de agravamento das desigualdades e da miséria.

4. Que há então a dizer, em conclusão? Parece totalmente inaceitável o argumento da soberania nacional jugoslava: a soberania não dá carta branca aos dirigentes dos Estados para tratarem como quiserem os cidadãos dos respectivos territórios. Mas a mesma coisa, exactamente a mesma, se aplica aos dirigentes dos países da nato e ao argumento da ingerência humanitária: a ingerência não é uma carta branca passada aos Estados mais fortes para, sem respeitarem quaisquer regras do direito internacional, tratarem como quiserem os Estados mais fracos e os seus cidadãos. Os direitos humanos podem e devem sobrepor-se ao princípio da soberania dos Estados; mas isso não significa que os conflitos na ordem internacional possam ser tratados como lutas entre o bem e o mal em que as democracias ocidentais são, ipso facto, benevolentes. Há limites e tem de haver regras jurídicas relativamente aos meios que o «bem» pode usar na sua luta.

Notas

¹ Agradeço a Paulo Varela Gomes por me ter deixado roubar-lhe esta ideia.